

tradições de seus maiores; que defende o seu patrimônio moral e a sua liberdade; que estuda e que evolue, não pode ser pobre!

Somos ricos porque temos a ventura de possuir um governador devotado à causa pública, constituindo-se em exemplo ímpar de trabalho e retidão; que se confunde com os operários; que alenta os descrentes e estimula as forças dos apáticos; que irradia bondade e semeia benefícios.

Não posso, nem devo terminar, meus senhores, estas palavras sem que apresente os agradecimentos de Goiânia a quantos vieram emprestar o brilho de sua presença a esta solenidade. Principalmente aos senhores Ministros de Estado, aos dignatários do clero e às altas patentes das Forças Armadas. Um agradecimento todo especial ainda aos dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representado por seu digno presidente o embaixador MACEDO SOARES e por TEIXEIRA DE FREITAS — o funcionário número um do Brasil. Os trabalhos preparatórios, a propaganda, não seriam bastante para atrair para cá, neste momento em que as dificuldades de transporte se acentuam e que a situação internacional se agrava consideravelmente, tanto interesse. Eram precisos decisão e entusiasmo, decisão e entusiasmo que nunca faltaram aos dirigentes do Instituto.

Quero, também, expressar a gratidão do povo goiano a S. Excia. o Senhor Presidente da República, — DR. GETÚLIO VARGAS.

Nas horas de glória e de alegria é que mais nos aproximamos dessa figura admirável, cuja inteligência patriótica criou no Brasil o clima propício a empreendimentos da envergadura de Goiânia, — mercê da paz, da liberdade e da ordem que seu governo implantou, mesmo na angústia do momento atual.

Se motivos adversos não nos permitiram a honra e o prazer de termos a presença desse nome tutelar aqui, agora, Goiânia ainda hoje rememora, trêmula de emoção, de quando S. Excia. a visitou; na memória da cidade ainda se vislumbra o vulto daquele que, quando ela começava a ser, quis vê-la e viu-a bem de perto, sentindo seu pulsar; e que assim a estimulou e lhe deu ânimo a prosseguir na trajetória que o seu destino histórico lhe traçara.

Senhores visitantes, aceitai, pois, os agradecimentos da cidade que neste momento se integra no rol das capitais brasileiras e que saúda tôdas as suas irmãs do Brasil."

Ao terminar a leitura desse discurso, o Interventor PEDRO LUDOVICO, leu os termos de um telegrama, que, sobre a solenidade, acabava de receber do Sr. Presidente da República, tendo depositado esse documento na urna histórica da cidade.

Por fim, D. EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, arcebispo de Goiás e representante do cardeal D. SEBASTIÃO LEME, procedeu à bênção da urna, pronunciando antes algumas palavras alusivas à cerimônia, concluindo por dar vivas ao Brasil e a Goiânia.

A imponente sessão foi encerrada ao som do hino nacional.

V SESSÃO ORDINÁRIA DE ASSEMBLÉIA GERAL DOS CONSELHOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA

Desejando contribuir da forma mais expressiva para o maior brilho das solenidades do "batismo cultural" de Goiânia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística decidiu, por ocasião da realização da sua Quarta Sessão Ordinária, levada a efeito no mês de Julho do ano passado, que a Quinta Sessão Ordinária das Assembléias dos seus dois Conselhos tivessem lugar, no presente ano, em Goiânia.

Quebrando uma antiga tradição regimental, pois tôdas as suas sessões ordinárias, a começar da primeira, vinham se realizando na Capital Federal, o I.B.G.E., para isso, obteve permissão expressa em decreto-lei baixado pelo chefe do governo federal. (Decreto-lei n.º 4 092, de 5-2-942).

Afim de tomarem parte na importante reunião, seguiram para a nova capital de Goiás os dirigentes dos órgãos geográfico e estatístico do I.B.G.E. acompanhados de grande número de técnicos e funcionários.

Instalação das Assembléias A sessão de instalação solene da V Sessão Ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, teve lugar no dia 1.º de Julho último, sob a presidência do Interventor PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Além dos membros dos dois órgãos dirigentes antes referidos, viam-se presentes à importante reunião as altas personalidades locais e as que se en-

contravam naquela cidade como representantes das superiores autoridades da República.

Abrindo a solenidade, o Sr. PEDRO LUDOVICO pronunciou breves palavras alusivas ao ato. Usou após, da palavra o Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário geral do I. B. G. E. para proceder à leitura do discurso do embaixador MACEDO SOARES, presidente do Instituto, o qual, não pôde comparecer às solenidades.

O discurso do embaixador Macedo Soares O discurso escrito pelo embaixador MACEDO SOARES, foi o que se segue:

"A escolha de Goiânia para sede da presente sessão das Assembléias Gerais do nosso Instituto — tal o desejastes, e exprimistes em Resolução de 1941, e como expressamente o autorizou, em decreto-lei, o Sr. Presidente da República — não envolve, apenas, um pensamento de homenagem cívica das mais justas, porque é antes de tudo, um ato de confiança e de fé nos destinos do Brasil.

Aquí estamos, e é como se tivéssemos retomado o fio da própria evolução histórica nacional, para melhor reverenciar aqueles grandes valores do passado que, em vigorosas arremetidas épicas, realizaram a obra de conquista, plasmando com as suas mãos rudes e almas heróicas os limites continentais deste mundo brasileiro, onde se confinam tôdas as nossas esperanças e cabem tôdas as nossas glórias.

O drama de sangue em que se resolve, nesta hora sombria dos destinos do mundo, o crepúsculo de velhas culturas, como reproduz aquele momento da história humana em que os milagres das grandes descobertas abriram novos cenários à civilização em marcha.

Soa, noyamente, a hora da América. A hora de reconstrução de um mundo que se desfaz pelo egoísmo e a violência; a hora de restaurar os valores eternos do espírito, e oferecer à Humanidade em desespero o conforto de uma cultura inspirada num alto pensamento de solidariedade cristã.

O Brasil possui no sentido "imperialista" das bandeiras — essas grandes forças vivas e móveis a que tanto deve a formação social do país — o melhor signo para a nova era da sua história, cujo objetivo essencial tem de traduzir-se, como tão bem o definiu o próprio Chefe do Estado, no "reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade", afim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas."

Esse impulso vigoroso da civilização, visando o domínio completo do patrimônio que nos legou o espírito bandeirante, encontra em Goiânia a sua primeira e vitoriosa etapa. É um exemplo magnífico de compreensão objetiva dos problemas nacionais; é um milagre da inteligência criadora do homem brasileiro; é uma demonstração a mais da nossa capacidade para as empresas grandiosas, — esse espetáculo de fé nos destinos do Brasil que Goiaz nos oferece, como exemplo admirável de predestinação histórica.

Aquí viemos e aquí estamos — os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — para o cumprimento do dever cívico de louvor e exaltação ao descortino e ao patriotismo do governante esclarecido, em cujo nobre espírito como que se antecipou a visão dos novos ciclos históricos do Brasil; à firmeza de ânimo do homem de governo que soube querer e soube realizar, porque não lhe faltou jamais a flama de um idealismo sincero e de uma vontade vigorosa; ao bandeirante do Brasil dos nossos dias — PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Passemos agora, senhores Delegados, ao resumo da obra que, a partir da nossa última reunião, foi levada a efeito pelo poderoso instrumento de progresso e cultura, a serviço das grandes causas do Brasil, cujos destinos estão confiados ao vosso patriotismo e capacidade de realização.

Recenseamento No interregno dos vossos trabalhos, o Instituto pode dar conhecimento aos órgãos do governo e à própria comunidade brasileira dos primeiros resultados do grande empreendimento censitário realizado, sob a sua responsabilidade imediata, em Setembro de 1940.

Correspondem êsses resultados ao mais importante dos sete censos então levados a efeito — ou seja o Demográfico —, o qual, a exemplo do que ocorreu também com os seis outros, constituiu, no gênero, a mais larga e profunda operação estatística até agora verificada em país latino-americano.

Os elementos divulgados especificam-se pelas Unidades da Federação e os respectivos núcleos municipais e embora não devam ser considerados definitivos, — como bem justifica num país ainda sem tradição censitária e onde o problema dos grandes espaços vem desafiando, como uma contingência geográfica inelutável, o espírito construtivo de sucessivas gerações de administradores — já oferecem subsídios os mais valiosos para a análise das condições sociais do Brasil nesta fase de sua evolução.

Dentre os aspectos mais relevantes traduzidos nos cômputos censitários, cumpre destacar, pelas graves advertências que representa, o da escassa densidade em que ainda se exprime o nosso potencial humano, em cerca de dois terços do imenso território conquistado pelo ímpeto desbravador dos bandeirantes e juridicamente fixado nos tratados internacionais graças ao gênio político de ALEXANDRE DE GUSMÃO e RIO BRANCO.

Ainda assim, — como observa, com precisão, essa eminente figura de sábio que a confiança do governo colocou na presidência da Comissão Censitária Nacional, o professor JOSÉ CARNEIRO FILIPE, — o aumento percentual da população, tendo sido, em meio século, de 191,7 “confere ao Brasil um lugar de destaque entre os povos americanos, pois que lhe está assegurado, na multiplicação natural dos seus filhos, não somente um poderoso fator de engrandecimento, senão também o melhor escudo para sua soberania”.

Resolvidos que já se encontram todos os problemas técnicos ligados à última fase da grande tarefa censitária, intensificam-se os trabalhos finais de crítica e apuração mecânica. Dentro em pouco, a nação entrará na posse do maior volume de dados numéricos até agora reunidos sobre os diversos aspectos de suas realidades, — material esse que constituirá a mais perfeita caracterização físico-demográfica e sociográfica das nossas condições de existência.

É uma fase expressiva da evolução do Estado Brasileiro, esta que se distingue pelo permanente empenho do conhecimento objetivo de nosso âmbito territorial e das forças sociais que nele se agitam, como condição essencial a que nos conservemos fiéis aos nossos destinos históricos e a que possam os governos no seu esforço de organização nacional encontrar o rumo exato das aspirações coletivas e do bem comum.

Geografia No setor da geografia, a grande obra empreendida obedece ao objetivo fundamental de restringir cada vez mais — até anulá-los de todo, num decisivo trabalho de penetração e reconhecimento — os limites daquela “terra ignota”, em relação à qual apenas se aventuravam, nas cartas baseadas em dados escassos, “o rabisco de um rio problemático ou a idealização de uma corda de serras”.

Nos termos em que o Instituto situou o problema da nossa auto-revelação, teria de impor-se, por força, um interesse particular pelos elementos marcantes das nossas realidades antropogeográficas, vale dizer: a Terra e o Homem brasileiros. E se era deficiente e precária — como tão bem o sabeis —

a nossa organização estatística nas fases anteriores à qual não menos raras e insuficientes se apresentavam, à falta de sistematização e continuidade nos esforços desenvolvidos, as nossas aquisições quanto ao conhecimento do meio físico.

No golpe de vista a que foi submetido em oportunidade idêntica, apenas há um ano, o largo panorama das realizações do Instituto, no seu primeiro quinquênio de atividades, ficaram bem nítidos os resultados da grande obra que o Conselho Nacional de Geografia vem realizando, sob a orientação entusiástica e devotada de seu secretário geral, o engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, e com a dedicada colaboração de técnicos dos mais ilustres. Basta dizer-vos agora que o ritmo dessas campanhas continua a intensificar-se cada vez mais, como empresas magníficas destinadas a fazer emergir desse contacto com a Terra a força daquele amor cuja intensidade ARISTÓTELES já condicionava à posse do conhecimento.

A tarefa de atualização da Carta Geral ao milionésimo é o notável empreendimento básico, em cujo plano se fundem quase todas as demais iniciativas técnicas do Conselho. São elas, entre outras, as campanhas das coordenadas geográficas e dos levantamentos altimétricos; a da revisão dos mapas dos municípios e das Unidades Federadas; a que visa a perfeita formação, mediante cursos intensivos, de profissionais especializados, para o exercício de atividades cartográficas; a das monografias municipais; e, finalmente, a do preparo do *Dicionário Geográfico Brasileiro* e da *Coletânea das Efemérides Geográficas*.

Sob a influência renovadora das atividades do Conselho e com o seu concurso e patrocínio — promoveram-se durante o ano expedições científicas do maior alcance para o perfeito conhecimento de regiões ainda ignoradas do território nacional. Citem-se, por exemplo, a que teve o norte de Mato Grosso por campo de suas pesquisas e a que estuda, no momento, a faixa fronteiriça dos Estados de Minas, Goiás e Baía, para melhor fixar a linha divisória, em alguns pontos ainda imprecisa.

O governo conferiu ao Conselho — e delas já ele se está desobrigando — atribuições da maior importância, visando assegurar a necessária sistematização à nomenclatura das estações ferroviárias do país. Foi ainda mais longe o decreto que dispôs sobre a matéria: fixou logo, em termos gerais, uns tantos critérios a que terá de submeter-se, em 1943, a revisão do quadro territorial, afim de que seja prevista, em data oportuna — como complemento da campanha sistematizadora a que

deu lugar a lei 311 — a eliminação dos nomes iguais de cidades e vilas, mesmo que se verifiquem em diferentes unidades políticas.

O novo quadro da divisão regional do Brasil, fixado pelo Conselho de Geografia na última sessão de Assembléa Geral e logo aceito pelo de Estatística, teve a sua adoção generalizada a todos os setores da administração, de acôrdo com as recomendações expressas da Presidência da República. Acham-se já concluídos, por outro lado, os estudos para a fixação, segundo os critérios normativos estabelecidos, das zonas fisiográficas das diversas Unidades Políticas.

Consigne-se, ainda, o fecundo esforço de ordem cultural que o Conselho vem desenvolvendo pelos vários meios ao seu alcance, dentre os quais não será, decerto, dos menos eficientes a sua magnífica REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. E registre-se, por fim, o seu permanente empenho, no sentido de que se resolvam em definitivo as últimas questões de limites ainda registradas no país, mediante a ascendência de um nobre pensamento de unidade nacional sôbre as preocupações de ordem regionalista que porventura ainda se anteponham à consecução desse elevado propósito.

Estatística As realizações levadas a efeito, no decorrer do último ano, ão mais antigo dos três setores em que se desdobra a atuação técnica e cultural do Instituto — ou seja o da Estatística — também só nos podem causar o mais justificável regozijo cívico, pela certeza que nos infundem de que o nosso Instituto está bem longe de desmerecer o sábio pensamento de unidade e construção nacional que inspira as suas diretrizes fundamentais.

Ao vos reunirdes precisamente há um ano coube-vos, a exemplo das vezes anteriores e como tão bem se enquadra nos altos objetivos que determinam estas Assembléas, encaminhar providências e fixar normas do maior alcance para a definitiva consolidação dos fundamentos da obra estatística nacional. E das importantes Resoluções técnicas que então votastes, abrindo novos campos de ação aos esforços do aparelho estatístico nacional muitas já alcançaram integralmente os seus fins, encontrando-se encaminhadas, em relação a quase tôdas as demais, as providências que delas deviam resultar.

Não há dúvida de que, sob esse aspecto, foi dos mais expressivos o período a que se referem os fatos ora enumerados nesta rápida resenha. Atentemos, por exemplo, nas medidas a que deram lugar, dentre as vinte de vossas Resoluções de 1941, relativas a

assuntos técnicos, a que apresentou sugestões para a execução das estatísticas administrativas; a que recomendou providências para o levantamento regular e uniforme do movimento de hóspedes em hotéis e pensões; a que dispôs sôbre a criação das Secções de Estatística Militar; a que promoveu os levantamentos do custo da vida em tôrno das condições de uma família-padrão; as que cogitaram da regularização das nossas estatísticas industriais e outras a que poderiam ser ainda referidas, inclusive a que visou assegurar a unicidade das nossas pesquisas estatísticas e teve êste objetivo conseguido através de recomendações expressas da Presidência da República.

O vosso caloroso pronunciamento, declarando a solidariedade do Conselho ao Instituto Inter-Americano de Estatística e manifestando os nossos propósitos de colaboração em face do notável programa técnico e cultural, possui, já agora, um sentido bem mais prático e efetivo, com a adesão do país à prestigiosa entidade, cuja criação se reveste de tão alta importância para os destinos da Estatística, no continente e no mundo.

Ainda a uma das Resoluções da última sessão desta Assembléa, pela qual se instituiu o "Dia do Estatístico", vemos todos nós as gratas emoções que assinalaram, êste ano, a comemoração do 29 de Maio, — data a que já agora se confere um sentido bem mais belo e profundo, porque não apenas relembra a criação do instituto, como serve de ponto de referência à inter-vinculação espiritual da nossa grande comunidade estatística.

Mas, bem sabeis todos vós, meus senhores, que embora tudo quanto aqui se referiu já muito signifique, ainda não foi tudo.

Deliberações oportunas e acertadas dos colégios dirigentes do sistema alargaram as perspectivas do nosso campo de atuação; promoveu-se, através de várias providências técnicas e administrativas, o melhor funcionamento da rede de órgãos do Instituto; intensificaram-se os sentimentos de fraternal aproximação entre os servidores da estatística, em todo o país; prosseguiram as campanhas para o levantamento das correntes internas de comércio e a organização sistemática das *Tábuas Itinerárias Brasileiras*; elevou-se, através de novos cursos de especialização e aperfeiçoamento, o nível de capacidade técnica dos nossos quadros profissionais, hoje dominados, em sua maioria, por um nobre espírito de estímulo e emulação; ampliou-se, em vários sentidos, a atuação técnica e cultural do sistema, principalmente no que respeita à sua notável obra publicitária, ex-

pressivamente assinalada, no interregno das vossas sessões de 1941 e 1942, com o lançamento, entre outros importantes trabalhos, do quinto volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, relativo ao biênio 1939-1940, do substancial documento às Conferências Nacionais de Educação e de Saúde, sob o título *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Educação*, e de mais quatro números da *Revista Brasileira de Estatística*, maiores recursos e melhores condições de eficiência foram assegurados à quase totalidade dos órgãos estatísticos regionais; concluiu-se a elaboração do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, criaram-se registros e outras providências energéticas e eficazes se fizeram sentir, afim de favorecer a realização das pesquisas estatísticas, pelo progressivo aperfeiçoamento das fontes de informação primária; consolidou-se sob o patrocínio direto do Instituto, a Sociedade Brasileira de Estatística; e, por fim, de novos e honrosos pronunciamentos foi objeto a Estatística Brasileira, pelos progressos alcançados na atual fase de sua organização, destacando-se entre eles o do II Congresso Inter-Americano de Municípios, reunido em Setembro de 1942 em Santiago do Chile.

Também estão em via de ser integralmente satisfeitos os objetivos que tivestes em vista, zelando pelos altos interesses da nossa cultura e unidade espiritual, ao dirigir um caloroso apelo ao nobre e lúcido espírito do Sr. Ministro da Educação, no sentido de prevalecimento integral da ortografia resultante do acórdão firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. E estais assistindo, neste momento, à própria efetivação prática daquele expressivo plano de comemorações cívicas e culturais que tão bem visastes numa outra das vossas Resoluções de 1941, para assinalar êsse magnífico acontecimento histórico, que é a investidura definitiva de Goiânia nos seus foros metropolitanos.

Como arremate dêsse admirável panorama, aqui focalizado de relance, aludamos, finalmente, ao fato de maior relêvo dentre os que se verificaram no período sob exame, pela sua excepcional importância tanto para a estruturação e os fundamentos do próprio sistema estatístico, como também — e sobretudo — para os interesses da boa ordem administrativa e da defesa do país.

Já percebestes, decerto que me estou referindo àquele memorável diploma legislativo baixado sob n.º 4 181, pelo Sr. Presidente da República, a 16 de Março dêste ano. Doutra providência não sei de que vos possa falar neste momento — cuja significação para a

obra e os destinos do nosso Instituto se me afigurasse mais profunda e relevante.

Estamos em face de um plano corajoso sob vários aspectos, originário de uma iniciativa do Estado Maior do Exército — que foi, aliás, quem o encaminhou à consideração do governo — e fixado em colaboração com o Instituto, afim de que, através de um esforço decisivo de unificação nacional e utilizadas ao máximo as virtualidades do sistema político descentralizado que tanto desejamos respeitar, como um imperativo mesmo da nossa formação histórica, possa a estatística civil brasileira adquirir integralmente as condições de profundidade, exatidão e eficiência julgadas imprescindíveis, no momento, não apenas à obra de reconstrução empreendida pelo Estado Brasileiro, mas sobretudo ao perfeito prevalecimento dos interesses vitais da segurança nacional.

Em dois ciclos se dividem as providências previstas nessa lei memorável: a criação, nos Departamentos Estaduais de Estatística, de Secções de Estatística Militar, conforme o Instituto já vinha pleiteando de há muito; e a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, destinados a conferir à infra-estrutura do nosso grande sistema as características de eficiência técnica de cuja falta ainda se ressentem, por força de fatores somente removíveis através do recurso à delegação ao Instituto livremente consentida pelas autonomias municipais a isto convidadas — dos serviços estatísticos atualmente mantidos pelos órgãos primários de nossa organização política.

Até o momento, vinte e uma Unidades Federadas já criaram as Secções de Estatística Militar nos respectivos Departamentos Regionais e apenas em cinco ainda não está assinado o Convênio Inter-governativo que, com tanto acêrto, foi considerado imprescindível à plena consecução dos altos fins em que se inspirou, nesta hora de justificáveis apreensões, a lei 4 181.

Conclusão Concluída, pois, esta rápida revista em que, nos termos da disposição regimental, me coube resumir as atividades do Instituto a partir da sessão anterior, já é tempo, senhores, de que nos congratulemos pelos admiráveis aspectos em que se desdobra esta obra magnífica, e prossigamos, de ânimo erguido, no esforço construtivo que a Nação exige de todos nós, — e agora mais do que nunca.

Antes de fazê-lo, todavia, já que nos detivemos aqui a contemplar os marcos da estrada, seja-nos dado assinalar, com os votos de reconhecimen-

to cívico que nos inspira um alto sentimento de justiça, o quanto deve a obra realizada pelo Instituto ao espírito de cooperação, ao infatigável entusiasmo, à solicitude, à clarividência e ao desinteresse de quantos lhe teem dado o melhor dos concursos, — patriótica, abnegada, eficientemente. Aos Poderes Públicos, federais, regionais e municipais; aos trabalhadores anônimos da Estatística e da Geografia, em todos os quadrantes do país; às instituições cívicas, culturais e religiosas, quer públicas, quer privadas; aos homens de imprensa; a todos os brasileiros de boa vontade, — cheguem, nesta hora, as nossas homenagens votivas, em que se traduz a própria gratidão nacional, pois que, a essas poderosas forças sociais devemos, todos nós, o que é e o que pôde até agora realizar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aquí estais, pois, em pleno coração da Grande Pátria que os nossos maiores criaram com o seu sacrifício e bravura e com a coragem indomável das suas esperanças, para atingir a plenitude de um magnífico destino. Já vos conheço o patriotismo, a prudência, o espírito público, e sei que as deliberações que ides tomar, como representantes illustres dos governos de cuja autoridade o Instituto é delegatário, serão sempre inspiradas no mais alto sentimento de solidariedade humana, de respeito mútuo, de compreensão fraterna. Serão essas deliberações inscritas em nossos Anais, *ad perpetuam, rei memoriam*, como as Resoluções de Goiânia.

E porque assim o será, aceitemos a contingência misteriosa do milagre telúrico que emergiu dos "sertões", como se a própria voz da terra conclamasse a audácia dos homens para a epopeia da conquista e do desbravamento: nenhuma outra, mais do que elas, poderá refletir os grandes valores morais que disciplinam o ritmo da nossa história. Valores de coesão, ante as forças desagregadoras das tradições transmitidas pelo Império e a Fé; valores de autonomia, a antecipar na consciência geográfica da pátria ainda informe o próprio sentido de sua soberania política; e valores de unidade, que permitiram ao Brasil conservar-se fiel à sua vocação cristã, sob o signo eterno da mesma Cruz há quase três séculos erguida nas terras fecundas dos Goiáses pelas mãos predestinadas de ANHANGUERA".

Outros discursos: Cessados os aplausos com que foi recebido o discurso do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, usou da palavra a senhorita GLÁUCIA WAMBERGER, para, em nome do Sr. JOÃO DE LOURENÇO,

delegado do Ministério da Fazenda junto ao Conselho Nacional de Estatística, que não pôde estar presente à reunião de Goiânia, ler o discurso de saudação aos delegados estaduais da ala estatística, que o mesmo elaborou.

Por parte da representação federal do Conselho Nacional de Geografia, falou o engenheiro GÉRSO DE FARIA ALVIM, delegado do Ministério da Agricultura no Diretório Central do referido Conselho. Discursaram a seguir em nome das representações estaduais junto aos dois Conselhos, os Srs. JOSÉ MARTINS RODRIGUES, secretário da Fazenda do Estado do Ceará e MÁRIO MELO, o primeiro delegado cearense à Assembléa do Conselho Nacional de Estatística e o segundo delegado pernambucano à Assembléa do Conselho Nacional de Geografia.

*

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA V ASSEMBLÉIA GERAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, PELO DELEGADO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, ENG.º GÉRSO DE FARIA ALVIM

"Vindos de bem longe, da Capital Federal uns e outros das capitais dos Estados, delegados à V Assembléa Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aquí nos reunimos, obedientes aos imperativos de decreto-lei especial, dêste ano, no cumprimento das funções regulamentares dessa mesma Assembléa.

Com êsse ato, quis o governo da República, enaltecendo um feito, prestar homenagem ao esforço e operosidade da administração estadual, e fê-lo por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que desta forma, realça mais uma vez a fidelidade ao seu lema "coordenar, cooperando", apresentando ao Brasil a nova capital goiana, que receberá com essas manifestações, o seu batismo cultural.

Goiânia, a nova, bela e futura capital do Estado, a segunda cidade construída a propósito, no nosso país, uma jóia engastada em pleno coração do Brasil, é o fruto do esforço orientado no sentido da grandeza do Estado. Será também uma bússola a indicar a direção permanente da "marcha para o oeste".

A sua posição geográfica, seu clima, sua fisiografia, vaticinam-lhe um grandioso porvir.

O ambiente é para todos nós confortador e de franco entusiasmo; confortador, porque robustece na geração

atual a confiança em si mesma, cristalizada no espírito intrépido e ousado, que foi o apanágio dos nossos antepassados, e entusiasmo porque vemos elevada às culminâncias da administração pública a capacidade inteligente e realizadora.

Senhores, no cumprimento de honrosa missão que me foi confiada, falo-vos neste momento, bem o faria sintetizando a obra admirável, monumental, do Conselho Nacional de Geografia, que escreve, cada ano que passa, um capítulo memorável nos fastos da geografia nacional, obra que não constitui apenas realizações materiais; a mobilização do elemento intelectual que o Conselho vem incorporando às fileiras dos estudiosos da geografia, representa incontestavelmente realização sem precedente. A síntese, porém, deveria ser uma expressão simbólica de integral complexa, cujos limites são muito difíceis de se definir, e receio mesmo penumbrar um quadro esplendente que nos expõe, com nítida clareza, a incomparável organização técnico-administrativa, que é a Secretaria Geral do Conselho, através de suas preciosas publicações.

Assim sendo, prefiro ficar nas generalidades, dirigindo a palavra ao próprio Estado, que tão afetuosamente nos recebe, recordando um pouco o seu passado, para melhor focalizar o presente, no tema da mais viva atualidade, o aproveitamento dos seus recursos minerais.

A história do Estado de Goiaz está intimamente ligada à descoberta do ouro. Já teve por isso o seu período de esplendor, que foi sucedido pela decadência no decorrer do mesmo século XVIII. Já em 1809, D. FRANCISCO DE ASSIS MASCARENHAS, Marquês de Palmas, em relatório, descrevia com palavras cheias de amargura a penosa situação da província e a miséria que se alastrava por toda a população, consequência da exaustão das milenárias concentrações auríferas.

O seu esplendor foi pois, como nas outras antigas províncias, fugaz. Desapareceu com o precioso metal e ficou a miragem alimentando a fascinação.

Passaram-se os tempos.

A mineração, entregue ao empirismo dos faiscadores a mendigarem as batidas areias dos rios e dos garimpeiros a revolverem velhos monções, continuava sem expressão industrial.

Nesse interim, verificam-se novas descobertas, riqueza potencial, que os rumos novos da política nacional procuram transformar em valor.

Com efeito, as inesgotáveis reservas de minério de níquel, expostas aos

olhos perplexos do mundo, verdadeiramente deslumbrado, foram o primeiro sinal de reação.

O ouro, que deixou de ser fácil, porque o tempo não pôde destruir as suas arcas, como fizera lentamente milênios passados e que por isso exige hoje o concurso da técnica moderna, o diamante, que ainda atrai levas de garimpeiros, o rutilo, o quartzo, o níquel, tudo a terra abençoada, prodigiosa, acudindo ao apêlo da necessidade, oferece ainda em abundância, porém, exigindo agora uma exploração hábil, para garantir-lhe uma existência à altura dos seus recursos, isto é, cobrando o seu tributo sob a fórmula: ser inteligentemente explorada, para tornar-se vantajosamente beneficiada.

Nesse sentido agem os governos da República e do Estado.

São demonstrações eloquentes os trabalhos preparatórios da exploração do níquel, de suas ricas jazidas e dos outros recursos minerais, bem como os estudos diretamente relacionados à agricultura que se realizam em várias zonas do Estado. Não é só. Igual significação tem a notícia que muito me apraz transmitir-vos e que reflete também decisiva influência do Conselho Nacional de Geografia.

Nesse momento, percorre o Estado na zona limítrofe com Minas e Baía uma importante expedição científica, organizada, em estreita colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão do Ministério da Agricultura.

A expedição se compõe de técnicos especializados das duas referidas instituições, completando a comissão representantes dos Estados de Minas, Goiaz e Baía.

Sua finalidade é estudar, sob o ponto de vista geográfico, fisiográfico, geológico e econômico, extensa faixa do território nacional, ainda pouco palmiçada e quase virgem dos olhares investigadores da ciência.

Não é que cientistas tivessem deixado de visitar o Estado. ST. HILAIRE, ESCHWEIGE, POHL, BURCHELL, CASTELNAU, GARDNER, HARTT, todos estrangeiros, COUTO DE MAGALHÃES, um grande brasileiro, cujos trabalhos são ainda documentos de alto valor, RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS e outros, nos meados do século passado, percorreram-no em várias direções, mas as suas observações são muito gerais. Faltavam-lhe vias de comunicação, facilidades de transporte e uma base cartográfica, sobre a qual pudessem registrar as suas conclusões.

Do ponto de vista geológico as notícias são ainda mais diluídas, limitando-se a indicações litológicas vagas, como a existência provável de calcáreo, xisto, rochas metamórficas, etc. A estratigrafia é superficialmente sugerida.

Entretanto, todos êsses trabalhos pioneiros, levados a térmo com sacrifícios quase sobrehumanos, foram relevantes conquistas, que constituíram as bases para o delineamento da cartografia de tôda a região.

Promulgada a Constituição de 24 de Fevereiro, em respeito ao seu art. 3.º, foi em 1892, nomeada uma comissão para demarcar no planalto central do Brasil, uma área de 14 400 quilômetros quadrados, onde seria erguida a nova Capital Federal. Esta área ficou quase integralmente dentro do território goiano. O Estado teve assim, nessa ocasião, a visita de uma numerosa comissão técnico-científica, composta de figuras de escol, civis e militares, da ciência brasileira, chefiada pelo sábio prof. LUIZ CRULS. O relatório dessa comissão é um precioso repertório de informações sobre todos os assuntos exigidos para o estudo do projeto de construção de uma grande capital. Sua fisiografia, as formações geológicas, a fauna, a flora, o solo, a água, o ar, foram objetos de minuciosa investigação. Depois desta comissão seguiu-se um grande hiato e só a partir de 1918, foram os estudos do solo goiano retomados pelo antigo Serviço Geológico e Mineralógico, atual Departamento Nacional da Produção Mineral, e os seus técnicos fizeram e continuam fazendo viagens científicas pelo interior do Estado.

Citaremos, entre os que já não pertencem ao nosso meio, GUILHERME MILLWARD, BULHÕES PEDREIRA, PAULINO FRANCO DE CARVALHO, e entre os vivos: prof. ODORICO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, ALBERTO ERICHSEN, GLYCON DE PAIVA, ALBERTO RIBEIRO LAMEGO, OTO HENRY LEONARDOS, AXEL LOFGREN, JOÃO MIRANDA.

Os trabalhos produzidos por todos êsses geólogos vieram se acumulando, permitindo a publicação do primeiro mapa geológico do Estado em 1939, no atlas da Divisão de Geologia e Mineralogia. Pela mesma Divisão, em 1940 foi publicado um novo mapa em escala maior.

Os estudos da atual expedição tem finalidades mais complexas, que resumiremos nos seguintes itens:

1.º) Determinar as coordenadas geográficas dos marcos das linhas interestaduais, partindo da trijunção: Minas-Baía-Goiaz e terminando na quadrijunção Baía-Goiaz-Maranhão-Piauí.

2.º) Determinar as coordenadas geográficas dos centros populosos vizinhos à linha limitrofe.

3.º) Efetuar o levantamento topográfico ao longo da linha limitrofe, ampliando-o nas vizinhanças dos trechos povoados.

4.º) Estudar a geologia da região, fazendo secções transversais nas zonas de maior interesse científico e econômico.

5.º) Determinar a declinação magnética de tôdas as localidades visitadas.

6.º) Estudar a fisiografia de tôda a região.

A expedição iniciou os seus trabalhos em Formosa, seguirá até Sítio D'Abadia e daí rumará para o norte, passando por Posse, S. Domingos, Taguatinga e Dianópolis, sedes municipais goianas, distantes da fronteira oriental do Estado, segundo os dados conhecidos, de 15 a 35 quilômetros. Do lado baiano as sedes municipais mais próximas: Barreiras e Correntina, distam da fronteira com Goiaz, de 100 a 150 quilômetros em linha reta.

As informações registram dêsse mesmo lado uma série de pequenos núcleos povoados ao longo dessa divisa, que segundo as descrições oficiais acompanha o divisor de águas, formado pela serra de Taguatinga. Mas essas descrições são calcadas em elementos informativos, cujo valor vem se diluindo através dos tempos, à medida que o progresso, avançando para o interior do país, vai espancando as brumas que as dificuldades de acesso se interpõem entre a civilização e a natureza ainda fechada.

A linha divisória, desenvolvendo-se numa extensão que se mede por várias centenas de quilômetros, exhibe acidentes notáveis, entre os quais cumpre destacar a lagoa do Varedão.

Esta lagoa, por cujo eixo passa a linha referida, distribue suas águas para os rios S. Francisco e Tocantins, apresentando assim um singular acidente topográfico: um *divortium aquarium* líquido. Ela constitue o último trecho a ser estudado pela expedição, que terminará os seus trabalhos no marco de quadrijunção, ponto em que se defrontam os Estados da Baía, Goiaz, Maranhão e Piauí.

Há uma outra informação, digna de ser verificada, a respeito dessa lagoa.

Sabemos que o rio Parnaíba serve de limite, ao longo de todo o seu curso, entre os Estados do Maranhão e Piauí e o marco de quadrijunção está no extremo da cabeceira do Parnaíba.

Mas HARTT, escrevendo sobre a região, em seu trabalho *Geology and*

Physical Geography of Brazil, diz que o rio Parnaíba nasce na serra de Tabatinga, no ângulo formado pela junção das bacias hidrográficas de S. Francisco e Tocantins, e esse ângulo só pode coincidir com a lagoa do Varedão que une, como vimos já, as duas bacias.

Assim a expedição virá resolver uma dúvida grande da geografia nacional.

No ponto de quadrijunção ficará, pois, encerrada uma campanha de objetivos bem variados, donde decorrerá uma série de resultados científicos e técnicos de valor inestimável.

Ao mesmo tempo, ficará o Governo da República de posse de uma contribuição notável para a realização dos elevados propósitos de integrar na comunidade brasileira, imensas áreas que vegetavam num doloroso esquecimento.

Não preciso, Senhores, aduzir mais palavras para justificar a oportunidade dessa expedição, levada a efeito com sacrifício pecuniário relativamente pequeno para os cofres públicos e com o entusiasmo de um grupo de moços competentes e dedicados.

Esta expedição não é a primeira organizada pela Divisão de Geologia e Mineralogia, que o Conselho Nacional de Geografia empresta o seu indiscutível prestígio e decidida colaboração. No ano próximo passado o Estado de Mato Grosso foi visitado por uma turma de técnicos, constituída nos mesmos moldes, que o atravessou de leste a oeste.

Acredito mesmo que seria de incalculável mérito a própria iniciativa do Conselho Nacional de Geografia nesse sentido, como complemento às duas ordens de trabalhos geográficos cuja execução se vem processando com pleno êxito: a campanha altimétrica e a campanha das coordenadas geográficas, que tem conseguido notáveis resultados.

A Assembléia que, dentro em pouco, se reunirá em sessão para deliberar, a exemplo das anteriores, terá certamente o máximo empenho em confirmar a sua brilhante atuação passada, com pronunciamiento que destacarão cada vez mais a obra do Conselho.

Nesse sentido formulo os meus mais calorosos votos.

Senhores, fazendo uma sincera profissão de fé, concentremos o nosso pensamento, em ardente prece, rogando ao Todo Poderoso, pela grandeza da nossa Pátria, restituindo integralmente aos seus sacrossantos misteres o Grande Chefe Nacional, Presidente GETÚLIO VARGAS. Com essas palavras, senhores delegados estaduais, eu vos saúdo, em

nome dos delegados federais, e adventícios que somos quase todos aqui, dir-vos-ei: sejamos bem vindos!...

*

REPRESNTANTES CREDENCIADOS A ASSEMBLÉIA DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Da relação dos membros credenciados à V Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, lida pelo engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, constavam os nomes das seguintes pessoas que estiveram em Goiânia integrando a Assembléia:

Delegação federal Coronel LÍSIAS RODRIGUES, representante do Ministério da Aeronáutica; engenheiro GÉRSON DE FÁRIA ALVIM, representante do Ministério da Agricultura; engenheiro ULPIANO DE BARROS, representante do Ministério da Fazenda; comandante ANTÔNIO ALVES CÂMARA JÚNIOR, representante do Ministério da Marinha; Sr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; engenheiro JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Sr. LUIZ NUNES BRIGGS, representante do Conselho Nacional de Estatística; engenheiro MÁRIO RODRIGUES, representante das Instituições Filiadas; engenheiro MOACIR SILVA, suplente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Delegação regional Sr. MANUEL DIEGUES JÚNIOR, representante do Estado de Alagoas; Sr. ULISSES UCHOA BITTENCOURT, representante do Estado do Amazonas; engenheiro LAURO DE ANDRADE SAMPAIO, representante do Estado da Baía; Sr. JOAQUIM TORCÁPIO FERREIRA, representante do Estado do Ceará; engenheiro CÍCERO DE MORAIS, representante do Estado do Espírito Santo; Dr. HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA, representante do Estado de Goiás; Dr. DJALMA FORTUNA, representante do Estado do Maranhão; engenheiro ALÍRIO HUGUENEY DE MATOS, representante do Estado de Mato Grosso; engenheiro BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS, representante do Estado de Minas Gerais; Sr. JORGE DA GAMA MALCHER, representante do Estado do Pará; Sr. LEOMAX FALCÃO, posteriormente substituído pelo professor SISENANDO COSTA, representante do Estado da Paraíba; Sr. LAURO SCHLEDER, representante do Estado do Paraná; Sr. MÁRIO CARNEIRO RÊGO MELO, representante do Estado de Pernambuco; Sr. JOÃO BASTOS, representante do Estado do Piauí; engenheiro LUIZ DE SOUSA, representante do Estado do Rio de Janeiro; AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA, representan-

te do Estado do Rio Grande do Norte; engenheiro JOÃO BATISTA PEREIRA FILHO, representante do Estado do Rio Grande do Sul; Engenheiro José NICOLAU BORN, representante do Estado de Santa Catarina; Engenheiro VALDEMAR LEFÈVRE, representante do Estado de São Paulo; Sr. JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, representante do Estado de Sergipe; Sr. RAIMUNDO NOBRE PASSOS, representante do Território do Acre.

Conferencistas Tenente Coronel JOSÉ
do Curso de LIMA FIGUEIREDO, pro-
Informações fessor AFONSO VÁR-
ZEA e professor JOSÉ
VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA.

Trabalhos normais Em uma das sa-
da Assembléa las de aula da
Escola Técnica
de Goiânia, no dia 2 de Julho, com a
presença de todos os representantes es-
taduais e federais acreditados e outras
pessoas gradadas, iniciaram-se os traba-
lhos ordinários da Assembléa, sob a
presidência do engenheiro LAURO SAM-
PAIO, que concedeu a palavra ao enge-
nheiro LEITE DE CASTRO para que este, em
cumprimento a uma Resolução adota-
da, fizesse um ligeiro retrospecto das
atividades desenvolvidas no ano civil de
1941 pelo Diretório Central do C.N.G.

Na ordem do dia, por ocasião da
apresentação dos primeiros projetos de
Resoluções, por proposta do engenheiro
MOACIR SILVA, foi solicitada urgência
para a votação do projeto n.º 1, no
qual era prestada uma homenagem ao
governo do Estado de Goiaz. Este pro-
jeto foi logo convertido na Resolução
n.º 107.

A primeira parte da sessão reali-
zada no dia seguinte (3) presidida pelo
comandante ANTÔNIO ALVES CÂMARA, foi
dedicada à eleição dos cargos de pre-
sidente e relator das comissões. Na or-
dem do dia falaram os engenheiros
LAURO SAMPAIO e JOSÉ NICOLAU BORN,
que apresentaram relatórios referentes
às atividades dos Diretórios Regionais
do Conselho na Baía e Santa Catarina,
respectivamente, alusivas ao ano de
1941. Nessa reunião foram ainda apre-
sentados vários projetos e aprovadas
diversas resoluções.

Nas sessões subsequentes foram tra-
tados e resolvidos assuntos geográficos
do mais alto interesse.

O plano de divisões dos Estados em
regiões fisiográficas, a cargo da Secção
de Estudos do Serviço de Geografia e
Estatística Fisiográfica, repartição cen-
tral do Conselho Nacional de Geografia
foi amplamente debatido na reunião le-
vada a efeito, no dia 7 do mesmo mês,
sob a presidência do coronel LISIAS
RODRIGUES.

O engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE
CASTRO ao iniciar os debates sôbre o
importante assunto sugeriu que fôsse
solicitada a colaboração da ala esta-
tística.

O Engenheiro FÁBIO DE MACEDO SOA-
RES GUIMARÃES passou a fazer em se-
guida uma exposição sôbre a matéria
em debate. Esse técnico esclareceu os
critérios seguidos na organização do
plano e concitou os delegados esta-
duais presentes a realizarem, em pe-
quenos grupos, entendimentos que pu-
dessem resultar em sugestões e elemen-
tos para as retificações necessárias.

Seguiu-se com a palavra o profes-
sor FRANCIS RUELLAN, geógrafo de re-
nome, professor da Sorbonne e atual-
mente regendo a cátedra de geografia
da Faculdade Nacional de Filosofia da
Universidade do Brasil, que vem em-
prestando decidida e eficiente colabo-
ração ao Conselho Nacional de Geogra-
fia. No seu oportuno e erudito comen-
tário o cientista francês apreciou tec-
nicamente a exposição que acabava de
ouvir, detendo-se sôbre o problema do
critério de discriminação de regiões na-
turais de acôrdo com as modernas nor-
mas da ciência geográfica.

Comentários também de interes-
sante oportunidade e revestidos igualmente
de moderna precisão científica foram
os emitidos pelo professor JOSÉ VERÍSSIMO
DA COSTA PEREIRA.

Depois interveio nos debates o te-
nente coronel LIMA FIGUEIREDO, consul-
tor técnico do Conselho Nacional de
Geografia, que manifestou eruditas opi-
niões sôbre o plano em debate, tendo
o engenheiro MACEDO SOARES GUIMARÃES
voltado a fazer esclarecimentos em face
dos debates suscitados.

Sessão conjunta A sessão conjunta
de encerramento de encerramento
das duas Assem-
bléas dos dois Conselhos — o de Esta-
tística e o de Geografia — realizada no
dia 10 de Julho sob a presidência do
comandante ANTÔNIO ALVES CÂMARA, re-
vestiu-se de solenidade.

O primeiro a falar foi o engenheiro
CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, secretário
geral do Conselho Nacional de Geogra-
fia, que fez o relatório dos trabalhos da
Assembléa do Conselho Nacional de
Geografia.

Em seguida o Sr. M. A. TEIXEIRA
DE FREITAS fez igual relato das ativida-
des da Assembléa de Estatística.

E por fim, apresentando despedi-
das, falaram os delegados goianos às
Assembléas, Dr. HUMBERTO LUDOVICO DE
DE ALMEIDA, dirigindo-se aos pares do
plenário da geografia, e Dr. BALDUÍNO
SANTA CRUZ saudando os técnicos de
estatística.

- Ementário das Resoluções aprovadas** Na V reunião ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia foram aprovadas as 23 Resoluções em seguida mencionadas:
- N.º 107 — *Presta homenagem ao governo do Estado de Goiaz.*
- N.º 108 — *Dispõe sobre as contas do Conselho relativas ao período de Julho de 1941 a Junho de 1942.*
- N.º 109 — *Determina a publicação duma Corografia do Brasil, na Biblioteca Geográfica Brasileira.*
- N.º 110 — *Baixa as instruções para a realização em 1943 do concurso anual de monografias de aspectos geográficos municipais.*
- N.º 111 — *Promove a realização de expedições científicas anuais.*
- N.º 112 — *Organiza o Curso de Informaçoes, anexo às sessões da Assembléia.*
- N.º 113 — *Presta homenagem aos brasileiros devotados à Geografia Nacional, falecidos durante o exercício de 1941-1942.*
- N.º 114 — *Baixa recomendações aos órgãos do Conselho para colaborar nos trabalhos do X Congresso de Geografia.*
- N.º 115 — *Dispõe sobre os serviços de Secretaria dos Diretórios Regionais.*
- N.º 116 — *Dispõe sobre a criação de um Código de Especificações Técnicas, que regule a execução dos trabalhos geográficos dentro do país.*
- N.º 117 — *Elege os membros das Comissões Técnicas e lhes sugere temas de estudos.*
- N.º 118 — *Baixa instruções e recomendações acerca da revisão dos quadros municipais e distritais, a processar-se em 1943.*
- N.º 119 — *Dispõe sobre a uniformização das Convenções Cartográficas referentes à geologia e à petrografia.*
- N.º 120 — *Baixa instruções para o preparo de contribuições regionais ao Dicionário Geográfico Brasileiro.*
- N.º 121 — *Dispõe sobre a realização de estudos relativos à Serra do Mar.*
- N.º 122 — *Aprova os atos e deliberações dos Diretórios Regionais e Central, referentes ao ano de 1941.*
- N.º 123 — *Dispõe sobre o orçamento do Conselho para 1943.*
- N.º 124 — *Sugere uma nova divisão das Unidades Federadas em zonas fisiográficas, para uso da estatística brasileira.*
- N.º 125 — *Dispõe sobre a publicação de bibliografias geográficas na Biblioteca Geográfica Brasileira.*
- N.º 126 — *Exprime congratulações, formula votos e apelos acerca de acontecimentos de interesse para a geografia nacional ocorridos no exercício 1941-1942.*
- N.º 127 — *Dispõe sobre a situação da repartição Central do Conselho.*
- N.º 128 — *Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística pela unificação dos serviços municipais de estatística e apresenta sugestões.*
- N.º 129 — *Dispõe sobre a criação dos Serviços Geográficos Estaduais.*

BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

Visando concorrer para maior enriquecimento da bibliografia científica do país, mais uma campanha acaba de ser lançada pelo Conselho Nacional de Geografia, com a criação da "Biblioteca Geográfica Brasileira", e a consequente instalação da respectiva comissão diretora.

A nova atividade técnico-cultural, que estava prevista pela Resolução n.º 68, adotada na 4.ª Sessão da Assembléia Geral do mesmo Conselho, destina-se a promover e patrocinar a edição de "livros referentes à técnica geográfica e à geografia do Brasil".

Ao estabelecer as normas gerais a serem seguidas quanto à sua estruturação, o Conselho Nacional de Geografia, através do seu mais elevado órgão deliberativo, atribuiu ao seu secretário geral o encargo de dirigir a "Biblioteca", auxiliado por uma comissão de especialistas.

Essa comissão composta de destacados nomes nas letras e no ensino da geografia ficou constituída de 5 membros efetivos e de 3 suplentes, tendo tomado posse a 18 de Setembro deste, perante o Diretório Central do